

Escândalo no Senado:

23 MAI 1960

mais 67 "assessores"

BRASILIA — A contratação de 67 assessores para os senadores, sob regime de CLT e ordenado inicial de 56 mil cruzeiros, foi aprovada pela Comissão de Justiça do Senado, na forma de projeto de resolução da Mesa. A proposta foi aceita contra o voto do senador Tancredo Neves, presidente do PP, que manifestou o receio de que a iniciativa comprometa o Congresso.

Na discussão do projeto de resolução, que antes de ser submetido à votação em plenário será também examinado pela Comissão de Finanças, Tancredo Neves afirmou que "esse tipo de assessoria, já existente na Câmara, estará, em pouco tempo, comprometendo o prestígio do Congresso, inclusive porque pode gerar a corrupção não de pessoas, mas da função". Acentuou que o Sena-

do deveria adotar modelo implantado pelo Congresso dos Estados Unidos, que dispõe de uma coordenação-geral para contratar todo tipo de assessoramento técnico de que necessita um parlamentar.

A urgência das contratações foi justificada pelo vice-líder governista, senador Aluísio Chaves, sob a alegação de "os senadores estão de tal maneira sobrecarregados de trabalho que se limitam a dar pareceres para de desembaraçar dos projetos e evitar que o Legislativo se esclerosse".

De acordo com cálculos contidos no projeto, a contratação de novos assessores, com salário de Cr\$ 56.902,00, mais encargos sociais, representará uma despesa adicional de Cr\$ 66,4 milhões em doze meses, na folha total de pagamentos do Senado, estimada em Cr\$ 113 milhões anuais até março passado.